

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.747 - CE (2019/0335536-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES PRADO LTDA**
ADVOGADO : **MATHEUS CINTRA BEZERRA - CE014849**
RECORRIDO : **OZIAS DE ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **JOILA ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **MARIA JOSÉ TAVARES**
RECORRIDO : **MIQUEIAS DE ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **OZANIRA DE ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **RAQUEL ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **ROSANGELA ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **DALILA ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **JONAS ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **MOISÉS ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **JOÍAS ALBUQUERQUE TAVARES**
RECORRIDO : **REGINALDO ANDRADE ARAÚJO**
RECORRIDO : **OTAILZA DOS SANTOS DE ALBUQUERQUE**
ADVOGADO : **AURISTECILIA MARIA SERRA NUNES - CE005612**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES PRADO LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), assim ementado (fls. 306-308):

"DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. DATA DA JUNTADA DO ÚLTIMO MANDADO. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. APELO IMPROVIDO.

1. Inicialmente, cumpre destacar que não se vislumbra razão à alegação recursal de intempestividade da contestação apresentada, a fim de se decretar a revelia dos recorridos, na medida em que o prazo para apresentação de defesa se dá da juntada do último mandado de citação, diante da existência de litisconsórcio passivo.

2. Com efeito, o Código de Processo Civil assim dispõe, verbis: Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III – prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do

começo do prazo:

(...) §1º Quando houver mais de um réu, o dia do começo do prazo para contestar corresponderá à última das datas a que se referem os incisos I a VI do caput.

3. Assim, afasta-se a alegação de intempestividade da defesa apresentada.

4. No mais, como bem registrou a sentença atacada, para que um contratante exija o cumprimento integral da contraprestação necessário se faz a demonstração do adimplemento de sua contraparte, em observância ao primado da boa-fé objetiva.

5. Assim, a exceção de contrato não cumprido é mecanismo de defesa, que faz com que um contratante não possa reclamar a execução do que lhe é devido pelo outro contratante, sem antes pagar o que deve. Nesse mister o Código Civil estabelece no art. 476: Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

6. No caso em exame, considerando o teor da negociação, onde cabia à recorrente arcar com a contraprestação da regularização do imóvel, para posterior venda deste pelos apelados, o recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar o cumprimento de seus encargos, sobretudo por que os documentos apresentados não demonstram a regularidade do pagamento pelos serviços prestados por terceiro para tanto. Registre-se que os recibos apresentados dão conta de que a obrigação era de responsabilidade da empresa recorrente, inclusive porque o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) seria descontado do montante devido para aquisição do imóvel.

7. Ademais, inconsistente a argumentação de que não teria sido cientificado da conclusão da retificação do imóvel na matrícula, sobretudo diante da alegação de que o bem teria sido posto a venda logo após a correção do registro do bem.

Em sendo assim, não há qualquer reforma a ser feita na decisão atacada, sob pena de configurar o instituto indicado pelo brocardo nemo potest venire contra factum proprium, desdobramento da boa-fé objetiva, prevista no art. 422 do Código Civil, o qual sustenta a impossibilidade de comportamento contraditório nas relações. Tal postulado proíbe que qualquer das partes adote na linha do tempo comportamentos contraditórios entre si, qual seja, alegar que após a conclusão do ato a parte contrária demonstrou desinteresse em rescindir o contrato e após, alegar que não teve ciência do ato.

8. Conclui-se que os argumentos esposados pelo recorrente não possuem fundamento, devendo, desta forma, a sentença mantida por não se admitir posicionamentos contraditórios das partes, em observância ao princípio da boa-fé objetiva, sobretudo por não

restar demonstrado o cumprimento de suas obrigações contratuais.

9. Apelo conhecido e improvido."

Os embargos de declaração foram rejeitados (conforme acórdão às fls. 344-351).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação dos art. 1.022, II, do CPC de 2015, aduzindo que a Corte de origem foi omissa ao julgar a questão da exorbitância dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados.

Admitido o recurso na origem, subiram os autos.

É o relatório. Decido.

O apelo merece prosperar no tocante à ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015.

Compulsando os autos, infere-se que nos embargos de declaração (fls. 321-325) foi reiterada a análise dos honorários advocatícios sucumbenciais, como se infere da leitura do seguinte excerto das razões recursais (fl. 324):

"1.10. Outro ponto objeto de omissão no acórdão foi aquele ligado à alegação de EXORBITÂNCIA DO VALOR DOS HONORÁRIOS ARBITRADOS de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), referente a 10% sobre o valor da causa, que se mostra um inconteste enriquecimento sem causa, contrariando o princípio máster contido no art. 884 do Código Civil de 2002.

1.11. Os honorários estão exorbitantes, carecendo serem minorados, caso não seja acatada a tese de efeitos infringentes contida neste recurso de embargos declaratórios.

1.12. Assim sendo, os honorários foram arbitrados em patamar que merece uma revisão, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta o trabalho exercido no presente processo. Mantê-lo no patamar fixado é garantir uma vantagem patrimonial desproporcional."

De fato, com a devida *venia*, a eg. Corte Estadual rejeitou os aclaratórios (acórdão às fls. 344-351) sem examinar a referida tese, que pode vir a influenciar no desate da presente lide.

Por sua vez, a iterativa jurisprudência desta eg. Corte é no sentido de que fica

caracterizada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, quando o eg. Tribunal *a quo* deixa de examinar temas essenciais ao desate da controvérsia, apesar de devidamente provocado em sede de embargos de declaração. Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. LIMITAÇÃO DE COBERTURA. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD) E INVALIDEZ LABORATIVA PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (ILPD). INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. APOSENTADORIA. ÓRGÃO PREVIDENCIÁRIO. PERÍCIA. NECESSIDADE.

(...)

4. O acórdão recorrido não se manifestou sobre questões essenciais para o julgamento da causa, pressuposto indispensável para o exame do recurso especial, motivo pelo qual reconhece-se a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 952.515/SC, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 02/06/2017 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Violação ao art. 535 do Código de Processo Civil configurada. Acórdão estadual que não enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia. Existência de ponto omissso relativamente à conduta da agravada, cuja elucidação mostra-se relevante para o deslinde da controvérsia, a qual gira em torno da existência de responsabilidade da empresa de transporte com relação aos eventos danosos suportados pela agravada

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 197.146/BA, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 23/02/2016 - grifou-se)

Nesse senda, deve ser reconhecida a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para anular o v. acórdão (fls. 344-351) que julgou os aclaratórios (fls. 321-325), e determinar o retorno dos autos ao eg. TJ-CE para novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando as omissões ora reconhecidas.

Superior Tribunal de Justiça

Por sua vez, acolhida a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, fica prejudicada a análise das demais teses trazidas no apelo nobre.

Ante o exposto, com arrimo no art. 255, § 4º, III, do RI-STJ, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, anulando-se o v. acórdão de fls. 344-351 e determinando-se o retorno dos autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para promover novo julgamento dos embargos de declaração (fls. 321-325), como entender de direito, sanando as omissões ora reconhecidas, ficando prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator